



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

III – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Estado Y, com a necessidade de compra de mesas e cadeiras para o ano escolar de 2024, abriu edital de licitação em 15/12/2023 para empresas interessadas participarem do certame oferecendo suas propostas no prazo de 8 dias úteis, escolhendo como modalidade o menor preço ou maior desconto, conforme dispõe a lei 14.133/21.

No primeiro dia útil de 2024, o Governador do Estado Y, passou a fazer a abertura dos envelopes a fim de verificar as empresas classificadas. Após toda verificação, duas foram as melhores propostas, uma vindo da empresa ABC ARTEFATOS ESCOLARES, com sede no Estado Y e a outra MICROEMPRESA MÓVEIS 10 localizada no Estado vizinho apresentando preço 7% maior que a empresa local.

Pensando nas possibilidades de ajudar a empresa do seu Estado, no dia 04/01/2024, o Governador do Estado Y consagrou como vencedora a Empresa ABC ARTEFATOS ESCOLARES, sob justificativa de que a MICROEMPRESA MÓVEIS 10 havia ofertado preço maior e teve restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

Sabendo de seu direito, a MICROEMPRESA MÓVEIS 10 impetrou Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Estado Y, com o intuito de invalidar a licitação, tendo em vista as irregularidades do Governador na escolha da empresa.

Ao ser julgado o Mandado de Segurança proposto foi denegado, sob fundamento de que a licitação seguiu os trâmites legais e que as microempresas não tem preferência nenhuma de contratação quando se trata de modalidade menor preço, ainda mais se não entregou todos os documentos pertinentes conforme previsto no edital.

Inconformada com a decisão proferida, a MICROEMPRESA MÓVEIS 10 procura você, para na qualidade de advogado, recorrer da decisão, buscando garantir os direitos legais e invalidar a licitação. (Valor 5,0)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Município X ao editar norma municipal de processos administrativos municipais, sempre manteve a interpretação sobre sua aplicação e seus efeitos. Ocorre que, uma decisão judicial acabou alterando a interpretação legal vedando a interpretação antiga.

Um dia após a nova decisão, Caio utilizando a interpretação antiga por ainda não ter conhecimento da nova interpretação, fez requerimento administrativo urgente. Dois dias depois, recebeu seu requerimento negado sob fundamento de que a forma de requerimento estava vedada, trazendo prejuízos ao interesse de Caio.

Ocorre que, uma semana após o ocorrido, Caio ficou sabendo que seu amigo Pedro, conseguiu a concessão do requerimento na esfera administrativa, do mesmo pedido realizado por Caio e se apropriando da antiga interpretação.

Consultando os demais processos, notou-se que havia várias decisões diferentes sobre os mesmos requerimentos, o que estaria causando uma vasta insegurança jurídica entre os munícipes.

Diante do ocorrido, responda:

- A) Pode a administração estabelecer o cumprimento de nova interpretação ou orientação de entendimento sem prever regime de transição? (0,60)
- B) Para evitar a insegurança jurídica, poderia o município aplicar súmulas administrativas a fim de unificar entendimentos? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Associação X, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sua finalidade dirigida à iniciação científica, buscou qualificar-se como Organização social. Após firmar o contrato de Gestão, a Associação necessitava de uma novo local e recursos para realizar as atividades relacionadas no contrato de gestão.

O Poder Público destinou como nova sede um prédio público que estava desocupado e com o recebimento dos recursos orçamentários foram adquiridos novos materiais de pesquisa científica.

Após dois anos da qualificação, o poder público notou um descumprimento das finalidades do contrato, após formal processo administrativo, sendo assegurado o direito de ampla defesa, ocorreu a desqualificação da Associação X como Organização social.

Diante do narrado, responda:

- A) A Associação X pode receber do poder público recursos orçamentários como fomento às atividades do contrato de gestão? (0,60)
- B) Após a desqualificação, os bens que foram destinados ao cumprimento do contrato permanecem com a Associação X desqualificada? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Carlos Eduardo é motorista de carreta e percorre todas as cidades do Brasil realizando e coletando entregas. Ao passar pelo Distrito Federal, Carlos viu uma kombi, veículo muito antigo pertencente a União Federal abandonado em um depósito. Interessado no veículo, Carlos conversou com o guarda do local, servidor da União, que permitiu a Carlos a retirada da kombi do depósito.

Com a conquista, Carlos carregou o veículo em sua carreta e transportou para sua cidade, onde reformou e deixou na frente da sua casa como enfeite.

Passados 12 anos, Carlos recebeu um oficial de justiça que estava com um mandado de busca do veículo vez que a União pretende doa-lo a uma entidade de interesse social. Preocupado com a situação uma vez que investiu valores na reforma da Kombi, Carlos procura você, questionando:

- a) Tendo em vista que se passaram 12 anos, poderia ser aplicado o instituto do usucapião no referido caso? (0,65)
- b) Se a União quisesse doar o veículo para uma entidade de interesse social transportar crianças para as atividades, de acordo com a nova lei de licitações, haveria necessidade de realização de uma licitação? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Percebendo a necessidade de criação de uma sociedade de economia mista e tendo em vista que o assessor jurídico da União está em recesso, o Presidente da República procura você para sanar as seguintes questões:

- A) É possível a Criação de uma Sociedade de Economia Mista sob forma de sociedade Limitada? (0,60)

- B) Já tendo alguns computadores em estoque, e havendo a necessidade de padronização da nova sede, pode uma Sociedade de economia mista indicar na licitação marca e modelo dos bens a serem licitados? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel e Felipe Duque



@ProfIgorMaciel

@felipe_duque